

Revista Brasileira de Cartografia (2015), Edição de Cartografia Histórica: 837-850  
Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto  
ISSN: 1808-0936

## **DINÂMICA CARTOGRÁFICA E TOPONÍMICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SÉCULO XVI - XX): RESULTADOS PRELIMINARES E PERSPECTIVAS FUTURAS**

*Cartography and Toponymy in Rio de Janeiro State (XVI - XX): Preliminary Results and Future Perspectives*

**Paulo Márcio Leal de Menezes, Manoel do Couto Fernandes,  
Kairo da Silva Santos, Amanda Biondino Sardella,  
Rayanne Seidel Correa de Paula Cardoso, Sara Lemos Pinto Alves  
& Alan José Salomão Graça**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ**

**IGEO - Departamento de Geografia - GeoCart - Laboratório de Cartografia**

Av. Athos da Silveira Ramos, 274 – Bloco H – Sala 017 - Ilha do Fundão - Cidade Universitária,  
Rio de Janeiro/RJ - 21949-900, Brasil.

pmenezes@acd.ufrj.br; manoel.fernandes@ufrj.br; kairo.geo@gmail.com; amandabsardella@yahoo.com.br;  
rayanne.seidel@oi.com.br; saralemos.alves@yahoo.com.br; alanjskg@gmail.com

*Recebido em 30 de Janeiro, 2014/ Aceito em 17 de Maio, 2014*

*Received on January 30, 2014/ Accepted on May 17, 2014*

### **RESUMO**

O Estado do Rio de Janeiro possui atualmente uma área de 43.696 km<sup>2</sup>, incorporando 92 municípios e 185 distritos, bem como centenas de pequenas vilas e povoados. Possui uma rede hidrográfica que se espalha sobre o seu território, a qual permitiu a penetração e ocupação do interior durante o período de colonização. Sua orografia é definida por áreas planas, onduladas e montanhosas, com diversas serras. Seus primeiros topônimos datam do final de 1501 e início de 1502, inclusive o mais conhecido, Rio de Janeiro, que denominou a atual Baía de Guanabara à primeira de Janeiro de 1502. A ocupação, no entanto, só inicia-se em 1503, com uma feitoria em Cabo Frio. O desenvolvimento de seu território se deu com a criação das capitanias hereditárias, entre 1534 e 1759, visando inicialmente a colonização, a administração e a proteção do território contra invasões estrangeiras. Neste período, porém, o território da Capitania do Rio de Janeiro sofreu sensíveis alterações, sobretudo em sua formação territorial, com perdas e agregações territoriais. Como província, ocorreram ainda algumas alterações, as quais praticamente só vieram a consolidar a maior parte de seu território a partir de meados do século XIX, já durante o Império. Este trabalho tem por objetivo traçar um elo entre a Cartografia Histórica do Estado do Rio de Janeiro e, em consequência, a sua formação territorial, bem como a sua toponímia, realizando um estudo do seu desenvolvimento através da identificação e análise dos topônimos extraídos dos diversos mapas históricos analisados. O território do Rio de Janeiro possui uma vasta cartografia, desde o século XVII, XVIII até os dias de hoje, entretanto, muito pouco existe relativamente ao século XVI. Dessa forma, é possível, com a identificação de topônimos nos mapas, a realização de análises que permitem inferir importantes conclusões sobre a forma de ocupação, estrutura dos nomes, motivações toponímicas entre outras. Assim a metodologia desenvolvida foi a identificação e armazenamento dos topônimos obtidas nos diversos mapas, em um banco de dados, cada uma posicionada em um sistema de coordenadas locais, relativo a cada mapa trabalhado. Cada nome geográfico foi

caracterizado por uma coordenada pontual, mesmo que a geometria associado não o fosse. Após a realização de alguns processos de georreferenciamento e ajustamento espacial, foi possível associar coordenadas geográficas a cada nome. As análises efetuadas sobre os mapas, em relação à distribuição dos nomes, foram as seguintes: ocupação espacial, densidade e tipo de feição. Relativamente aos nomes geográficos, foram analisados os aspectos da língua original e motivação toponímica. Ainda foram estudadas as alterações toponímicas ocorridas sobre alguns dos nomes geográficos. Os topônimos serão incluídos na base de dados espaço-temporal do Estado do Rio de Janeiro, trabalho ainda em desenvolvimento. Esta pesquisa dá continuidade ao trabalho sobre Cartografia Histórica e Toponímia do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvido pelo Laboratório de Cartografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Palavras chaves:** Estado do Rio de Janeiro, Toponímia, Nomes Geográficos, Cartografia Histórica, Evolução Toponímica.

## **ABSTRACT**

The State of Rio de Janeiro has an area of 43696 km<sup>2</sup> today, with 92 municipal districts and 185 districts, as well as hundreds of villages and small settlements. There is a very dense hydrographic network dispersed on its territory, which allowed the penetration and occupation of the countryside during the colonization period. Its orography is defined by plane areas, hills and mountainous, with several massifs. Its first place names date from the end of 1501 and beginning of 1502, besides the more known, Rio de Janeiro, which denominated the current Bay of Guanabara. The occupation, however, only began in 1503, with an administration installed in Cabo Frio. The colonization of its territory began when the hereditary captaincies were created, in 1534, seeking the colonization, the territory administration and the protection against foreign invasions as well. At that time, however, the territory of the Captaincy of Rio de Janeiro had several changes, relating to its limits. As province, from 1759, some changes still occurred, and the consolidation of the territory only ended in the middle of the 19th Century, just during the Empire. This paper aims to draw a link among the Historical Cartography of Rio de Janeiro State, its territory and its toponymy, through a research accomplishing a study of its development searching the identification and analysis of the extracted place names on the several analyzed historical maps. The territory of Rio de Janeiro has a vast cartography, since the 17th Century until the current days, however, there are not many maps relating to the 16th Century. In that way, it is possible, with the identification of place names in the maps, the accomplishment of analyses that allow inferring important conclusions on the occupation way, the names' structures, toponymic motivations among others. The developed methodology defined the identification and storage of the place names, in a space time database, according a local coordinates system, relating to each worked map. Each geographical name was characterized by a punctual coordinate, even if a different geometry was associated. The analyses made on the maps, were relating to names distribution, regarding space occupation, density and feature type. Relating to the geographical names, the aspects of the original language and toponymic motivation were analyzed. It was still analyzed the toponymic changes on some of the geographical names over time. All place names will be included in space time database of the State of Rio de Janeiro. This research continues the research on Historical Cartography and Toponymy of the State of Rio de Janeiro, developed by the Laboratory of Cartography of the Department of Geography of the Federal University of Rio de Janeiro.

**Keywords:** Rio de Janeiro State, Toponymy, Geographical Names, Historical Cartography, Toponymic Evolution.

## **1. INTRODUÇÃO**

A evolução territorial do Estado do Rio de Janeiro apresenta diferentes configurações que podem ser atestadas por diferentes documentos cartográficos que vão desde mapas históricos do século XVI até cartas topográficas recentes que compõem sua representação atual. Estes documentos são fontes ricas de elementos de investigação no que tange o entendimento da dinâmica espacial, social, econômica e

cultural deste Estado. Os topônimos são um destes elementos. Neste sentido, o presente trabalho busca traçar um elo entre a Cartografia Histórica do Estado do Rio de Janeiro e, em consequência, a sua formação territorial, bem como a sua toponímia, realizando um estudo do seu desenvolvimento através da identificação e análise dos topônimos extraídos dos diversos mapas históricos analisados, entre os séculos XVI e XX. Vale ressaltar, que este trabalho faz

parte de um projeto maior sobre esta temática, e que o que está sendo apresentado são alguns resultados preliminares e perspectivas futuras sobre este projeto.

O Estado do Rio de Janeiro teve a sua formação territorial a partir das capitanias de São Tomé, de Cabo Frio e a de São Vicente. A Capitania de São Tomé, conhecida também como Capitania de Paraíba do Sul, foi criada em 1536 e era uma das quinze parcelas do território da Colônia entregues por Dom João III, rei de Portugal, a donatários em regime de hereditariedade. A capitania foi doada a Pero de Góis e ficava compreendida entre as atuais cidades de Itapemirim (ES) e Macaé (RJ). A Capitania de São Vicente teve origem com a nomeação efetuada pelo Rei em 1516 a Pedro Capico, passando a ser uma das capitanias hereditárias, estabelecidas por Dom João III em 1534, tendo sido o seu primeiro donatário Martim Afonso de Sousa.

A figura 1 mostra o mapa de Luis Teixeira, de 1574, contido no códice Roteiro da Costa do Brasil, pertencente a biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal (“Roteiro de Todos os Sinaes Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas, e Derrotas que há na Costa do Brasil desde o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Magalhães”), onde são mostradas algumas das capitanias. Neste mesmo códice também são apresentados mapas das áreas mais habitadas do estado do Rio de Janeiro, com seus respectivos topônimos (TAGOL, 1988).

O objetivo principal do regime das capitanias era a colonização, a administração e a proteção do território contra invasões estrangeiras, utilizando recursos privados dos donatários, não desviando assim os recursos dos programas das Índias (REIS FILHO, 1968). Porém este objetivo não estava sendo alcançado em todas as capitanias, principalmente na parte norte da Capitania de São Vicente, que era bastante abandonada, o que propiciou uma invasão e colonização por parte dos franceses, entre 1555 e 1567, a denominada França Antártica.

Após a reconquista portuguesa em 1567, foi criada a Capitania Real do Rio de Janeiro, nome com que foi rebatizada em 1567 a secção mais setentrional da Capitania de São Vicente. Seus limites eram definidos por pontos litorâneos



Fig. 1 – Mapa de Luis de Teixeira – 1574 (TAGOL, 1988).

hoje ocupados por Macaé (RJ), ao norte, e Caraguatatuba (SP), ao sul. Em 1619, a Capitania de São Tomé foi renunciada em favor da Coroa portuguesa e boa parte da região que ia da atual cidade de Macaé (RJ) até Itapemirim (ES) teve o seu território incorporado à Capitania do Rio de Janeiro (FRIDMAN, 2011). Vale ressaltar que, a linha divisória da Capitania de São Vicente com a Capitania de São Tomé segue o rumo noroeste (45°), segundo a carta de doação, não sendo definida exatamente por um paralelo.

Em 3 de novembro de 1709, em consequência da Guerra dos Emboabas, ocorrida entre 1707 e 1709, em face da fragilidade do controle de Coroa Portuguesa sobre a região das recém-descobertas minas de ouro na parte sul da Colônia do Brasil, a antiga Capitania de São Vicente absorveu terras do interior da Capitania do Rio de Janeiro e foi criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

Apesar de extintas em 1759 pelo Marques de Pombal e posteriormente transformadas em “capitanias régias”, houve uma continuidade na designação, sendo que, mesmo após a vinda da família real em 1808, até 1821 eram utilizadas

de forma quase indistinta os termos “capitania” e “província”, para a designação das várias unidades político administrativas da época (SILVA, 1906).

Em 1721 as terras do distrito de Paraty foram incorporadas à Capitania de São Paulo, retornando ao território do Rio de Janeiro em 1726. A área situada acima do rio Paraíba, até o Rio Itabapoana, foi desmembrada em 1743 e incorporada à Capitania do Espírito Santo, apenas retornando ao Rio de Janeiro em 1832. Praticamente a partir desta data o território do Estado do Rio de Janeiro assumiu a conformação atual, pouco se alterando em seus limites.

A figura 2 apresenta a evolução do território, segundo a cronologia apresentada.

Em se tratando da colonização e ocupação do território do Estado, a influência da Igreja-Estado é marcante, porém o regime de sesmarias, a existência da rede hidrográfica localizada no entorno do recôncavo da baía de Guanabara, bem como a extração de pedras preciosas e ouro na região das Minas Gerais, a partir de 1695, e a chegada da família real em 1808, vão mostrar diferentes perfis de ocupação, bem como a influência nos topônimos relativos aos núcleos populacionais implantados.

Os colonizadores foram beneficiados inicialmente, pela instalação de freguesias ou paróquias, as quais contavam com um mínimo de dez casas ou famílias. Estas unidades administrativas eram as menores da administração pública e tinham um cura com jurisdição espiritual, exercendo também o governo civil e portanto amparado pelo Reino (FRIDMAN, 2011).

Por outro lado, os aldeamentos, missões ou reduções, tinham por finalidade de defesa em pontos que fossem considerados estratégicos, na costa, em rios ou no interior, porém tinham também a missão de catequizar e ensinar a trabalhar. Os caminhos para escoamento da produção de ouro e pedras preciosas, bem como outros para o interior, formaram linhas que se pontilharam de aldeamentos. Estes se apoiavam em roças, pequenos comércios e pousadas para viajantes, e vieram a se transformar mais tarde em núcleos de desenvolvimento para as áreas em que se situavam. Isto fica bem nítido nos mapas do Século XVIII. Diversas vilas e cidades também fazem parte do processo de ocupação e até o fim

deste século, uma cidade e nove vilas estavam fundadas. Este processo é intensificado durante o início do século XIX, e se consolida após a independência (GOUVÊA, 2008).

Os topônimos criados durante os séculos XVI e XVII são claramente influenciados pelo aspecto religioso e pela língua nativa. Devido ao crescimento do uso e a difusão da “língua geral”, esta foi a língua mais falada no Brasil até meados do século dezoito. Na colônia coexistiam três línguas: o português, o latim, trazido pelos jesuítas e empregado no ensino em suas escolas, e a língua geral, a qual era falada por todos e possuía certa semelhança com as línguas nativas faladas no Brasil. Provindo de um mesmo tronco, o Tupi, foi possível, mesmo devido à sua diversidade, juntar todas as línguas em uma única comum, a língua geral (SAMPAIO, 1928).

Pela necessidade de comunicação entre colonizador português e os nativos, a língua geral era a que prevalecia também na catequese e evangelização feita pelos jesuítas. Foi também muito empregada pelos bandeirantes e exploradores, para a nominação da flora e fauna, bem como das povoações criadas na época, além de ser utilizada no interior das casas e no serviço doméstico. Também chamada de língua franca, foi a primeira língua dos filhos dos colonizadores e de índios nativos (CUNHA, 1982). No entanto, em 1757, o Marquês de Pombal, por meio das reformas no ensino de Portugal e suas colônias, tornou obrigatório o ensino da língua portuguesa, a língua da corte, no Brasil, proibindo o uso de outras línguas. Desta forma ocorreram algumas mudanças de topônimos, para que se adaptassem as novas regras, muitas vezes com a junção de termos portugueses e índios, criando uma estrutura mista em boa parte dos topônimos do estado e do Brasil.

## 2. A CARTOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

Como um todo, a cartografia da Capitania do Rio de Janeiro tem o seu primeiro mapa em meados do século XVIII.

Durante o século XVI praticamente muito pouca informação cartográfica existe, porém é digno de nota o Códice de Luis Teixeira, inicialmente datado de 1574 e depois confirmado para 1582, que mostra trechos de áreas pertencentes

## Dinâmica Cartográfica e Toponímica no Estado do Rio de Janeiro (Século XVI - XX)

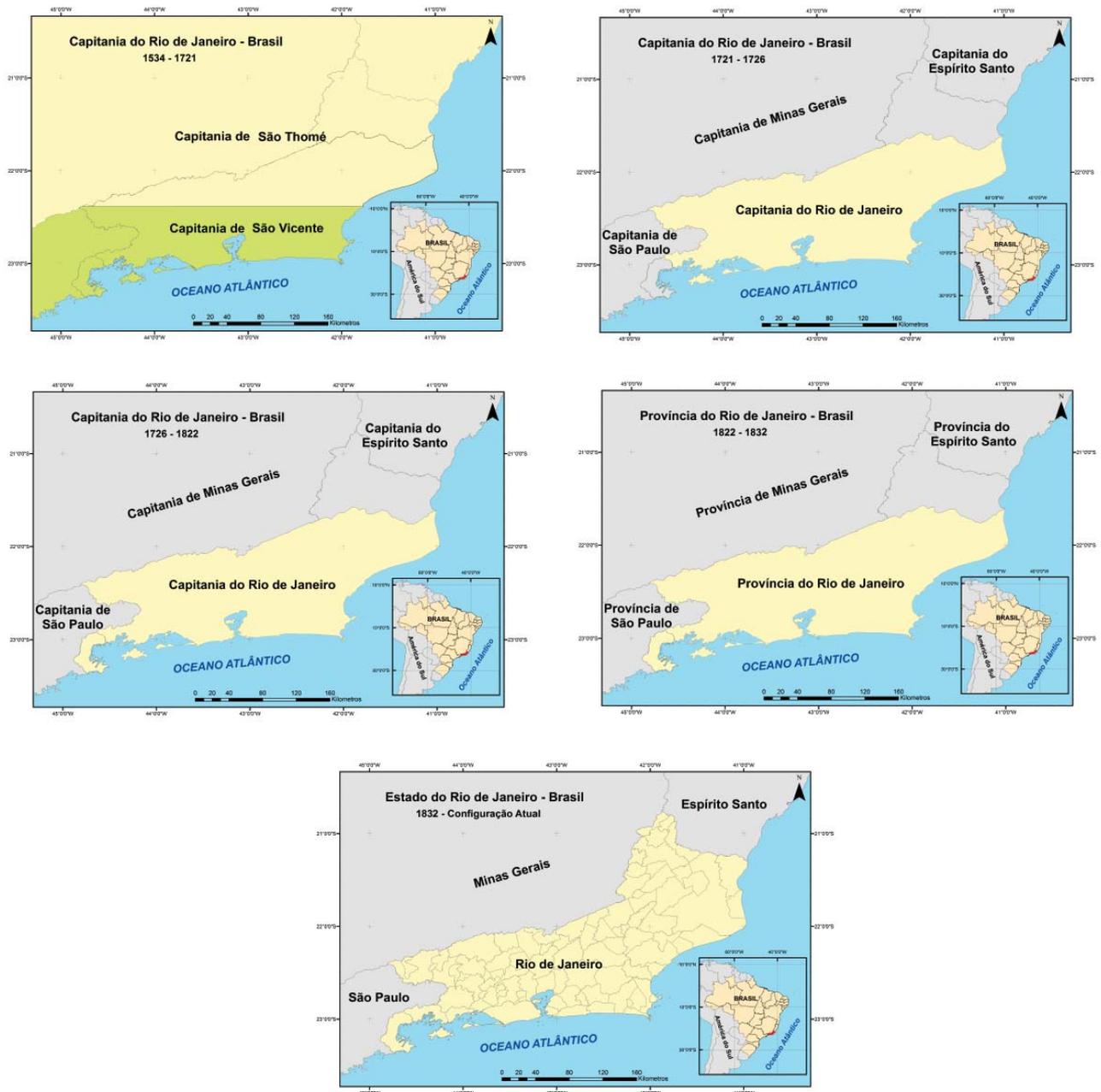


Fig. 2 – Cronologia espaço-temporal da evolução do território do Estado do Rio de Janeiro.

à Capitania, em Cabo Frio, Rio de Janeiro e Angra do Reis. Alguns outros mapas relativos à França Antártica datam deste século, como os devidos a Jean de Léry (1557/58), André Thevet (1575) e J. de Vaulx de Claye (1579).

A cartografia do século XVII é marcada principalmente pelos códices de autoria de João Teixeira Albernaz I (o Velho) e João Teixeira Albernaz II (o Moço). Os Códices “*Livro que dá Razão ao Estado do Brasil*”, de 1612, da Biblioteca do Porto, Portugal, considerado um dos mais antigos atlas das Américas; o “*Livro que dá Razão do Estado do Brasil*”, de 1626, pertencente

à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; e a “*Descrição de toda a Costa do Brasil*”, de 1627, da Biblioteca Nacional da França, Paris, são exemplos do trabalho de Albernaz I. Em relação a obra de Albernaz II, é considerado como o trabalho mais marcante, referente ao Brasil, o “*Atlas do Brasil*” de 1666.

A característica desses códices era a apresentação principalmente da costa do Brasil. Praticamente todas as representações eram desenvolvidas em uma visão perspectiva e abrangiam, grandes áreas. O interior era pouco representado, exceto no entorno de baías e raras

rios navegáveis. Neste sentido, o século XVII possui obras de referência cartográfica em relação ao Brasil como um todo, entretanto, não são conhecidos documentos cartográficos específicos do atual estado do Rio de Janeiro.

O século XVIII é marcado pela chegada ao Brasil dos padres matemáticos, Domingos Capassi e Diogo Soares. Estes padres tinham a missão de elaborar mapas precisos da costa e do sertão, como diz a provisão régia. A grande importância dos trabalhos dos então chamados □padres matemáticos□, é principalmente devido ao Brasil entrar em nova fase cartográfica, através da determinação de longitudes precisas através de efemérides e diferenças horárias com relação a Paris, observando os eclipses dos satélites de Júpiter. Seus trabalhos realizados de 1730 a 1748 são traduzidos em mapas abrangendo a costa leste e sul do Brasil, bem como o interior, até o rio Paraná. Neste trabalho foi utilizado o mapa de 1732 (ca), da Capitania do Rio de Janeiro, pertencente a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, elaborado por Capassi.

Do mesmo século XVIII, ganha destaque também o mapa elaborado pelo Sargento Mor Engenheiro Francisco João do Roscio, em 1777, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O século XIX é bastante rico em termos cartográficos, principalmente após a independência em 1822. A partir de 1823, são elaborados mapas corográficos da província regularmente até a proclamação da República, como os de 1823, 1830, 1840, 1850, 1858, 1865, entre outros, incluindo-se aqui o publicado pela Laemmert & Cia, de 1892.

O século XX apresenta uma vasta produção cartográfica, porém este estudo focou apenas a Charta Chorográfica de 1922 e dois mapas de 1953 e 1975, para efeitos comparativos.

### 3. LIGANDO CARTOGRAFIA HISTÓRICA E TOPONÍMIA

A ligação entre a Cartografia Histórica e a Toponímia é definida pela extração dos nomes geográficos, topônimos existentes nos mapas históricos, e o estabelecimento de uma estrutura temporal para os nomes identificados sobre um mesmo local. Dessa forma é possível a definição de uma cronologia aplicada ao nome, bem como

a verificação das alterações sofridas por ele ao longo do tempo.

A datação dos mapas não necessariamente caracteriza a época precisa das alterações, porém confirmam as alterações ocorridas em períodos determinados.

Um exemplo pode ser dado através do topônimo Cachoeira de Macacu. A tabela 1 mostra a dinâmica do nome, desde a sua criação em 1647, até a última alteração, ocorrida em 1943.

Tabela 1: Alteração toponímica de cachoeiras de Macacu

Nome	Data	Tipo
Santa'anna de Japuíba	1647	Distrito
Santo Antônio de Sá de Macacu	1679	Vila
Sant Anna de Macacú	1868	Cidade
Sant Anna de Japuíba	1898	Cidade
Cachoeiras	1938	Cidade
Cachoeiras de Macacú	1943	Cidade

Dessa forma é de se esperar que entre as épocas definidas ocorra nos mapas os nomes estabelecidos nas alterações. Partindo desta premissa foi estipulada uma metodologia de extração de topônimos dos mapas históricos, com a sua catalogação e identificação da estrutura geográfica associada, sendo separada por feições. Foram determinados 5 (cinco) tipos de características de agrupamentos de feições:

- Hidrográficas: rios, praias, cabos, lagos, lagoas, baías, ilhas, etc.;
- Orografia: morros, picos, montanhas e outras;
- Núcleos urbanos e populacionais: cidades, vilas, aldeias, capelas, igrejas, freguesias, etc.;
- Uso do solo: fazendas, usinas, moinhos, comércio, pousadas, etc.;
- Caminhos: estradas, caminhos, vias férreas, paradas, estações, etc.

Os nomes foram extraídos de forma manual e armazenados em uma base de dados. Para cada mapa, foi efetuada uma orientação baseada na imagem recebida e cada nome extraído, foi associado a uma coordenada local, levando-se em conta a origem do canto inferior esquerdo da imagem.

A tabela 2 apresenta os mapas trabalhados nesta fase, e o número de topônimos extraídos de cada um.

Tabela 2: Quantidade de topônimos extraídos dos mapas selecionados para a pesquisa

Mapas	Toponímia Extraída
Luis Teixeira - 1574	50
Capassi - 1732	157
Roscio - 1777	669
RJ - 1830	570
RJ - 1858	2787
RJ - 1892	934
RJ - 1922	1787

#### 4. RESULTADOS E DISTRIBUIÇÃO DOS TOPÔNIMOS

A investigação dos topônimos efetuada sobre as fontes cartográficas, viabilizou a catalogação dos mesmos bem como a compreensão da motivação dos nomes geográficos atribuídos às terras fluminenses. A nomeação da terra revela-se como um ato que vai além de referenciar e localizar, uma vez que os nomes geográficos expressos nos mapas contribuíam para legitimar a dominação territorial sobre as terras brasileiras. Os itens a seguir, mostram a identificação dos topônimos nas cartas que serviram de base para as investigações desse artigo.

##### 4.1 Mappa Chorographico da Capitania do Rio de Janeiro (1732 - ca)

A figura 3 mostra o Mappa Chorographico da Capitania do Rio de Janeiro, elaborado pelo Padre Jesuíta Domingos Capassi, possivelmente de 1732, pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que, esta data foi inferida, uma vez que não consta data no documento.

Foi destacada no mapa uma distribuição de feições pontuais (topônimos) mais expressivas ao longo da costa, porém já se pode notar uma penetração para o interior, principalmente ao longo das vias de ligação com as Minas Gerais.

É possível notar também que a representação da Capitania tem anotações de limites com a Capitania do Espírito Santo, praticamente ficando definida com o limite do Rio Paraíba do Sul.

##### 4.2 Carta Chorographica da Capitania do Rio de Janeiro (1777)

Este mapa, pertencente também à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e teve como cartógrafo o Sargento Mor Engenheiro Francisco

João do Roscio, em 1777.

Pode ser evidenciada a ocupação territorial nos quase 45 anos decorridos do mapa anterior, com uma maior concentração no entorno da Baía de Guanabara e a consolidação dos caminhos para as Minas Gerais. A figura 4 mostra a distribuição dos topônimos no mapa de Roscio e o destaque de concentração destes topônimos feito pelos polígonos amarelos.

##### 4.3 Planta da Província do Rio de Janeiro (1830)

A Planta da Província do Rio de Janeiro, de 1830, pertencente ao Arquivo Nacional, foi o terceiro mapa estudado (figura 5). Este teve um número de topônimos extraídos ligeiramente menor do que o mapa de Roscio, entretanto, com uma distribuição bastante semelhante. Porém, é possível notar que existe uma densificação ao longo da atual estrada União e Indústria (polígono amarelo vertical central), que foi um dos caminhos mais importantes para Minas Gerais, apesar de já se ter encerrado praticamente o ciclo extrativo do ouro na época do mapeamento, passa a ter importância no novo ciclo do café, iniciado ao fim do século XVIII.

Pode ser notado ainda o início da ocupação do norte e nordeste da agora Província do Rio de Janeiro (polígono vermelho). Um mapa analisado, porém não incluído ainda na pesquisa, a Carta Geographica da Província do Rio de Janeiro, Copiada no Real Archivo Militar, Lisboa, 1823, apresenta também uma semelhança, porém mostra áreas ainda bastante desocupadas e anotações sobre essas áreas. A inclusão deste mapa na análise está prevista em uma etapa seguinte desta pesquisa.

##### 4.4 Carta Chorographica da Província do Rio de Janeiro (1858)

A Carta Chorographica da Província do Rio de Janeiro, de 1858/61, pertencente ao Arquivo Nacional é uma peça essencial nessa pesquisa. Elaborada em 4 folhas e em uma escala maior, 1:300.000, apresenta uma riqueza de detalhes, bem como uma preocupação com a precisão de posicionamento. A escala gráfica está descrita em quilômetros e léguas de 3000 braças ou 6,6 quilômetros. Talvez tenha sido um dos melhores mapas trabalhados durante o período do Império.

Este documento apresenta ainda cercando

o mapa central da Província, pequenos mapas em escala 1:10.000 de 16 cidades e vilas da Província: Itagoahy, São João da Barra, Angra dos Reis, Magé, Barra Mansa, Macahé, Cabo Frio, Rezende, Paraty, São Fidelis, Petrópolis, Cantagallo, Valença, Barra de São João, Parahíba e Vassouras.

A Carta Chorographica da Província do Rio de Janeiro e sua distribuição toponímica são apresentadas na figura 6. Das quatro folhas deste documento cartográfico foram trabalhadas três, pois uma delas não cobre nenhuma área da

província.

É observada a ocupação generalizada da Província, inclusive ao nordeste e norte, mostrando-se nitidamente novos caminhos que permitiram essa ocupação, rumo às áreas ainda livres (áreas em destaque).

Alguns testes de georreferenciamento foram efetuados com essas folhas, encontrando-se um erro médio de posicionamento, em torno de 250 metros, o que para esta escala de representação está bem próximo do erro gráfico associado, em torno de 150 metros.

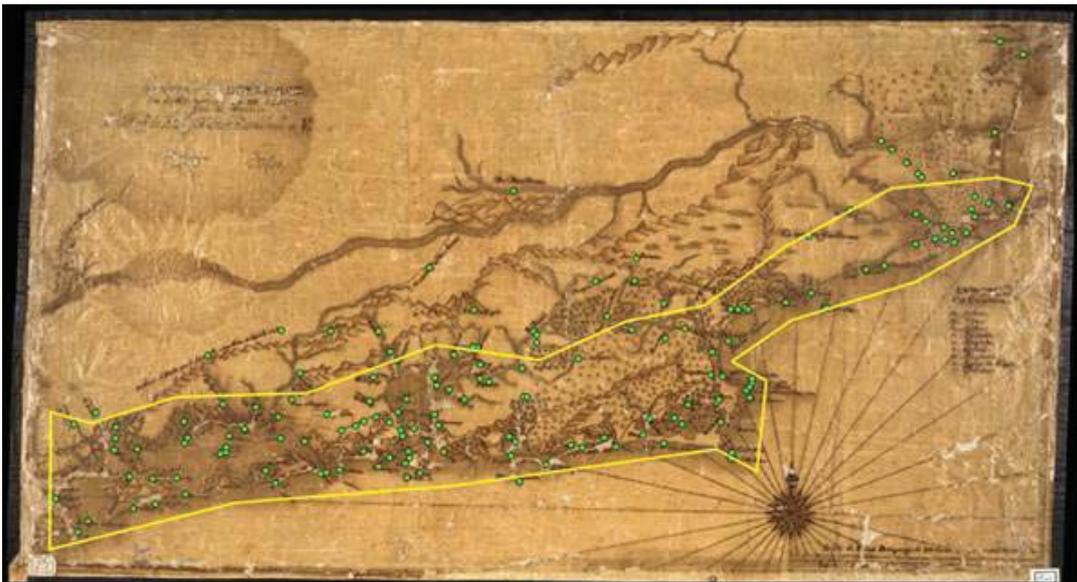


Fig. 3 - Mappa Chorographico da Capitania do Rio de Janeiro (1732), por Domingos Capassi. Fonte: Biblioteca Nacional – RJ.

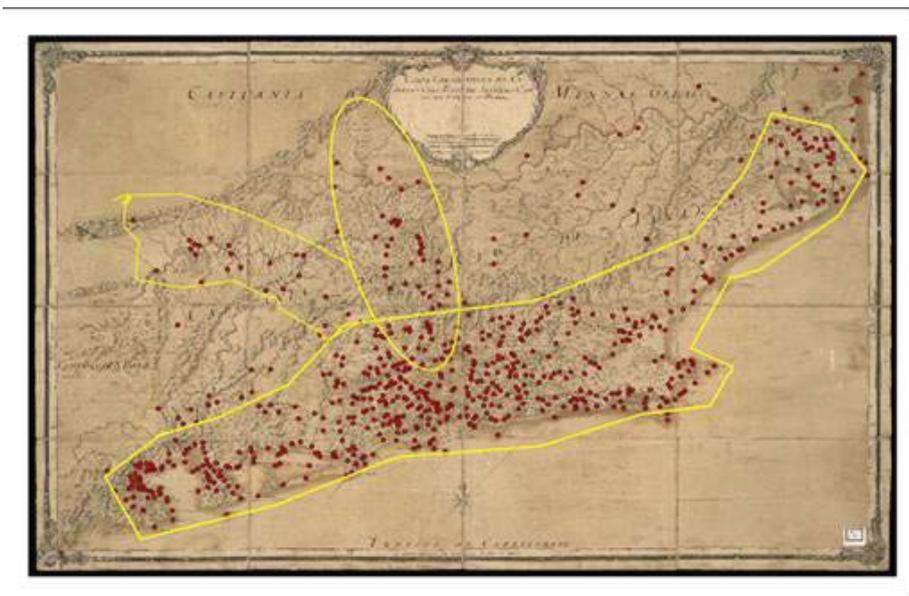


Fig. 4 – Carta Chorographica da Capitania do Rio de Janeiro (1777), por Roscio. Fonte: Biblioteca Nacional – RJ.

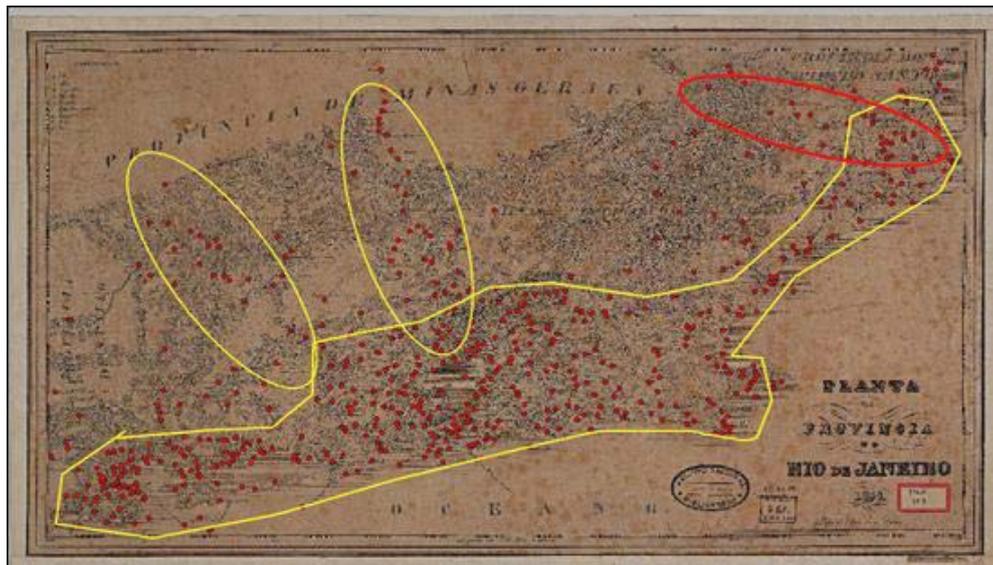


Fig. 5 - Planta da Província do Rio de Janeiro (1830). Fonte: Arquivo Nacional – RJ.

#### 4.5 Mapa do Estado do Rio de Janeiro (1892) e Carta Chorographica do Estado do Rio de Janeiro (1922)

O Mapa do Estado do Rio de Janeiro de 1892, elaborado por Laemmert & Cia, pertencente ao Arquivo Nacional, bem como a Charta Chorographica do Estado do Rio do Janeiro, de 1922, em cópias pertencentes ao Arquivo Nacional e à Biblioteca Nacional, também foram utilizados como fonte de extração de topônimos, e serviram como base para a verificação de alterações toponímicas, as quais até meados

do século XX, mais precisamente até a lei dos Municípios de 1943, foram bastante relevantes em relação aos núcleos populacionais.

As figuras 7 e 8 mostram as respectivas distribuições toponímicas dos dois mapas, e já mostram o Estado inteiramente ocupado e consolidado.

Em relação ao mapa de 1922 é interessante observar a densa rede ferroviária da época, cujas estações deram origem a diversos núcleos populacionais, vilas e mesmo cidades, como os destacados pelos pontos inseridos nos polígonos amarelos.

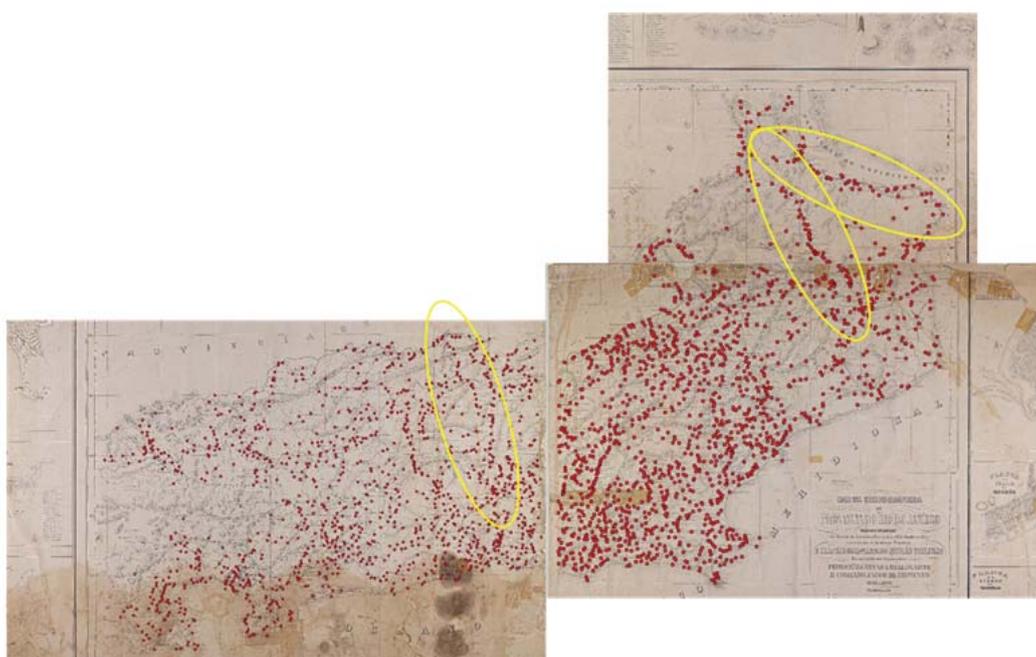


Fig. 6 - Carta Chorographica da Província do Rio de Janeiro (1858). Fonte: Arquivo Nacional.

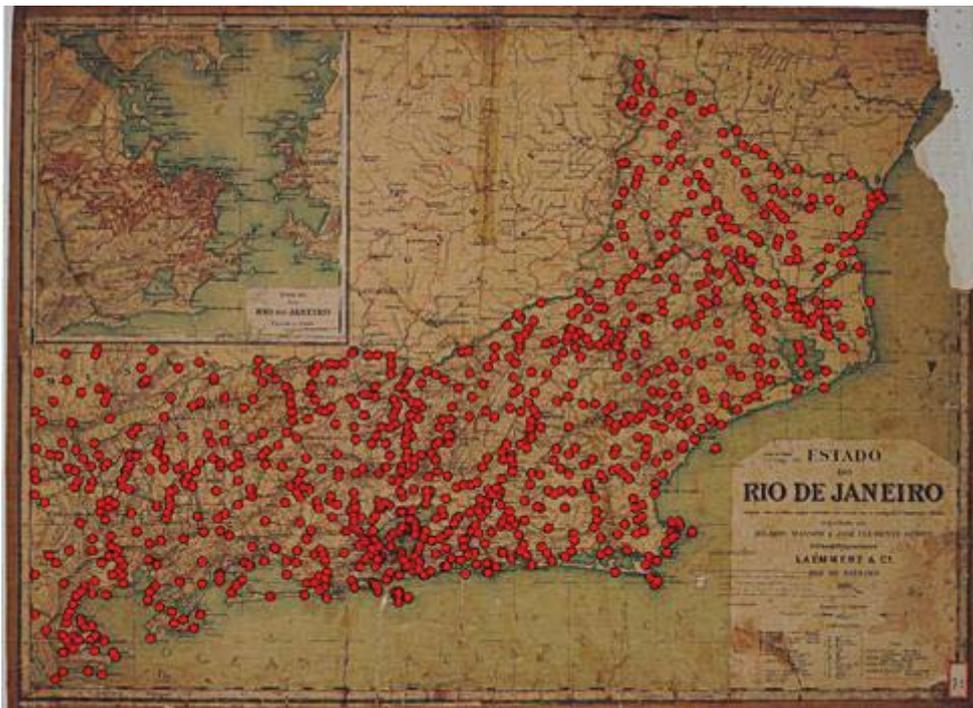


Fig. 7 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro (1892), por Laemmert & Cia. Fonte: Arquivo Nacional – RJ.

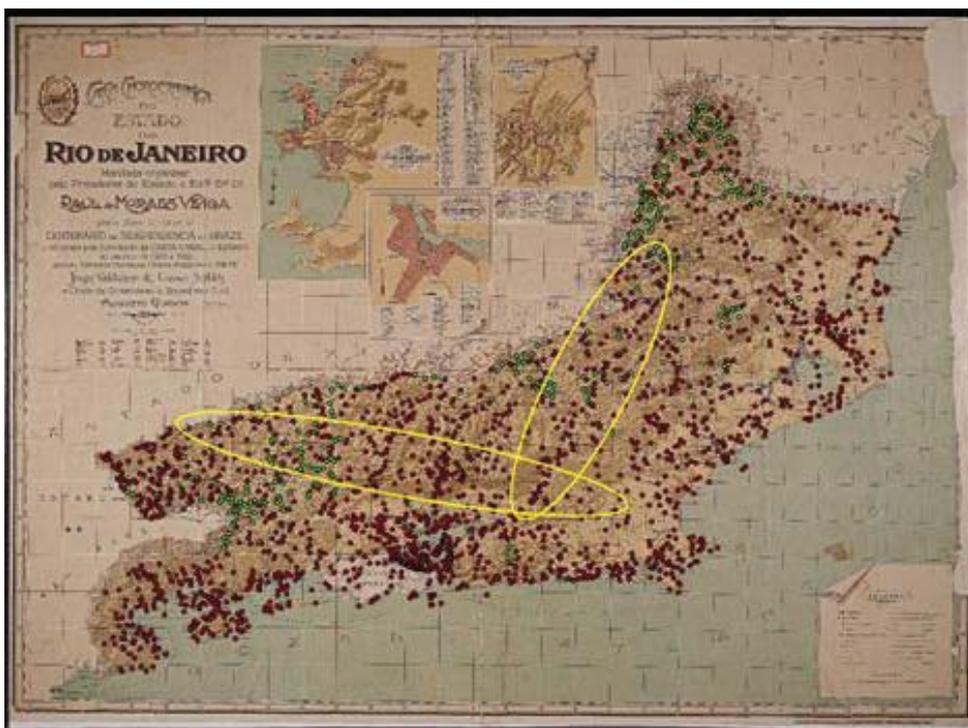


Fig. 8 - Carta Chorographica do Estado do Rio de Janeiro (1922). Fonte: Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional – RJ.

## 5 – RESULTADOS PRELIMINARES E PERSPECTIVAS

A pesquisa ainda está em desenvolvimento, não terminou e não se tem uma data definida para seu término, uma vez que o seu andamento é dinâmico e serão adicionadas cada vez mais informações para enriquecê-la, a medida que for

aprofundado o nível de informações alcançado, em termos de escala de observação e aquisição dos dados.

Já se encontram selecionados os mapas de 1840, 1850, 1856, 1860, 1865, entre muitos outros, relativos ao século XIX, em diferentes escalas, mostrando áreas menores do Estado, que,

porém apresentam uma maior riqueza de detalhes, para que seja continuado o trabalho de extração dos topônimos. Por outro lado, a incorporação dos mapas do século XX, incluindo-se as folhas do mapeamento topográfico em diversas escalas (1:25.000 à 1:250.000), os levantamentos em escala grande (1:10.000 à 1:2.000) pelos municípios, bem como trabalhos de campo junto às Prefeituras visando esclarecimento de dúvidas, irá trazer as informações atualizadas, bem como praticamente atingirá o nível mais elevado de obtenção das informações. Com isso, pretende-se ainda verificar informações cartoriais como ainda uma possível, importante e confiável fonte de dados.

Em seguida serão apresentados alguns resultados preliminares dos levantamentos toponímicos em função de análises linguísticas e diretrizes de entendimento do comportamento das motivações toponímicas e entendimento da qualidade cartográfica dos documentos utilizados e a serem utilizados.

### 5.1 Análise Linguística

Esta análise é baseada na caracterização linguística dos nomes geográficos extraídos dos mapas, onde é identificada a origem linguística dos topônimos, pela língua portuguesa, língua original pura, híbrida e estrangeira. Assim os topônimos foram classificados e analisados de acordo com o percentual de ocorrência em função de sua origem. Entretanto, foi verificada a necessidade de um aprofundamento maior, uma vez que foi identificada a interposição dos fatores de influência da toponímia fluminense com as fases linguísticas (SANTOS, 2008). Inclui-se aqui a proibição em 1757, pelo Marquês de Pombal, por meio das reformas no ensino de Portugal e suas colônias, o uso de outras línguas, tornando obrigatório o ensino da língua portuguesa no Brasil, ou seja, a língua da corte. Desta forma ocorreram algumas mudanças de topônimos, para que se adaptassem as novas regras, muitas vezes com a junção de termos portugueses e índios, criando uma estrutura mista em boa parte dos topônimos do estado e do Brasil. É evidente que muitos topônimos originais prevaleceram, o que pode ser verificado na figura 9.

A distribuição das características étnicas dos topônimos se mostra bastante homogênea nos mapeamentos analisados, como a supremacia

dos topônimos portugueses bastante expressivos em relação aos demais. Esta tendência é bastante marcada nos mapas de 1574 e 1732, entretanto, no mapa de 1777 já ocorre um equilíbrio maior entre a língua originária (língua geral) e a portuguesa. Este equilíbrio é quebrado no mapa de 1830, onde os reflexos da reforma imposta pelo Marquês de Pombal se tornam sensíveis na cartografia, com o retorno do predomínio da língua portuguesa nos mapeamentos, e o surgimento de nomes híbridos. É interessante ressaltar que esta reforma, aparentemente, influenciou a distribuição étnica dos topônimos e que perdura com tendência homogênea de ocorrência até os mapas atuais. Vale ressaltar que, foram considerados na análise destes mapas atuais os nomes dos 92 municípios e 185 distritos que compõem o Estado do Rio de Janeiro. Esses valores poderão sofrer variações consideráveis, a medida que a escala de análise aumentar, e que novos mapas e outras feições forem incluídos no que se convencionou chamar mapas atuais. A figura 10 apresenta a distribuição percentual nos mapas atuais.

### 5.2 Motivação Toponímica

Associados ao estudo e denominação dos nomes geográficos, de uma maneira geral, existem termos que os qualificam segundo algumas de suas características intrínsecas, extrínsecas, semânticas, etimológicas, culturais, religiosas, entre outras. Alguns desses termos são amplamente utilizados pela Geografia, Cartografia, Linguística, identificando aspectos de formação, qualificação e atribuição dos nomes. Por outro lado, o estudo linguístico dos topônimos, permite classificá-los, segundo o conteúdo léxico-semântico, em taxionomias toponímicas de natureza física e de natureza antropoculturais, segundo as quais são denominadas de motivações toponímicas (DICK, 1990).

O estudo das motivações e suas vertentes taxionômicas permitem estabelecer conclusões sobre a ocupação antrópica, definindo tendências das diversas nomações, aspectos culturais, antropológicos, épocas políticas, etc. A determinação da época ou o aspecto temporal da atribuição do nome é um dos aspectos de maior importância no estudo topogeonímico.

A taxionomia de natureza física agrega os topônimos nominados por associação a fenômenos eminentemente físicos ou naturais,

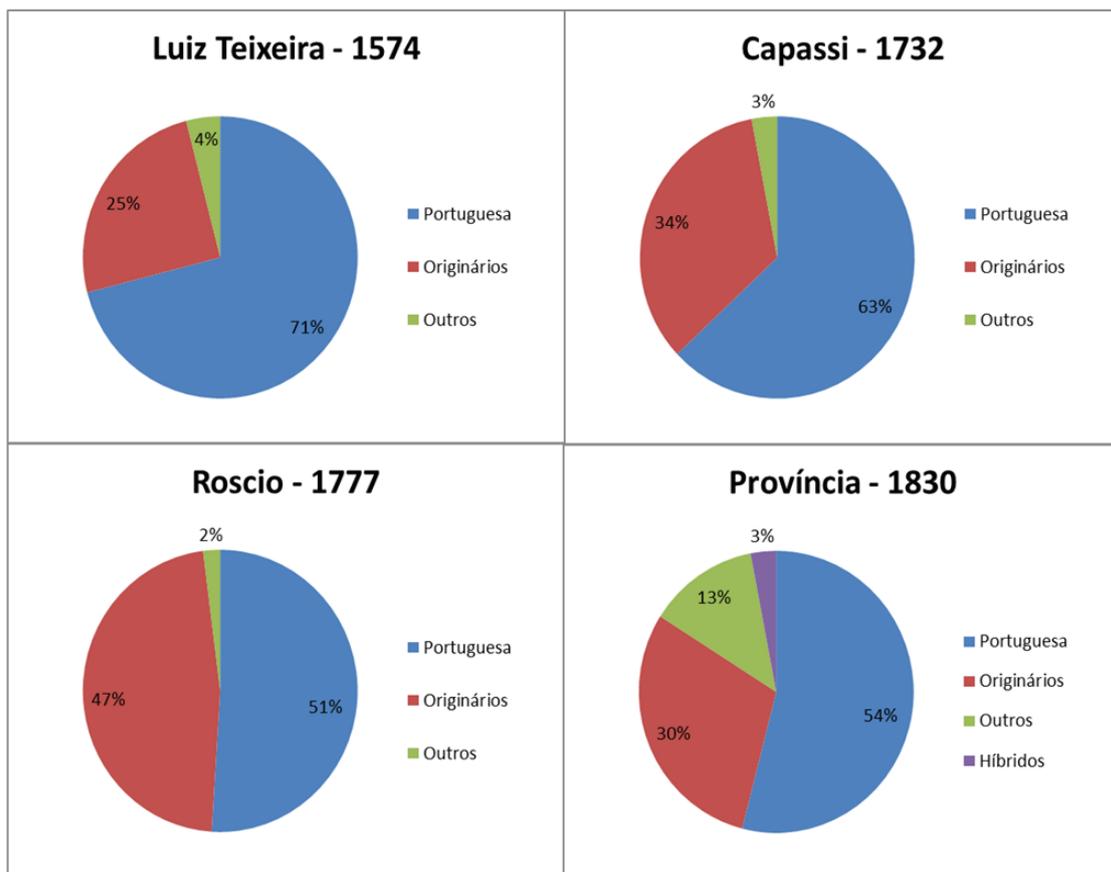


Fig. 9 – Etnicidade toponímica nos mapas de 1574, 1732, 1777 e 1830.

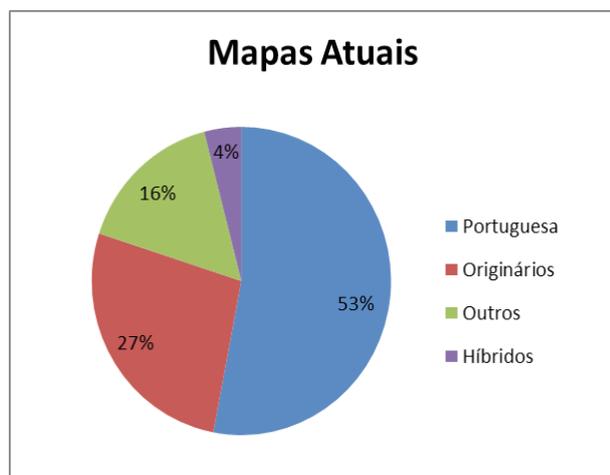


Fig. 10 – Distribuição percentual da etnicidade nos mapas atuais.

como por exemplo, grande, pequeno, comprido, nomes de plantas, fumaça, curva, cavalo, formiga, etc. Sua classificação é estabelecida em astro, cardino, cromo, dimensio, fito, geomorfo, hidro, lito, meteoro, morfo e zoo topônimos.

Os nomes geográficos de natureza antropocultural podem apresentar e esclarecer as tendências de domínio, poder, políticas, homenagens religiosas e políticas entre outros.

Podem perfeitamente através do estudo da época de denominação estabelecer períodos de influências diversas. A classificação de Dick (1990) apresenta as seguintes taxionomias para as de natureza humana: animo, antrope, axio, coro, crono, dirrema, eco, ergo, estuo, hiero, hagio, mito, história, hodo, número, polio, sócio e somato topônimos.

Atualmente, já estão levantadas a motivação dos nomes de cidades e distritos, entretanto, ainda estão sendo trabalhadas as feições do tipo hidrografia, como rios, praias, ilhas, lagoas, bem como a orografia, pois seus nomes geográficos possuem diferentes critérios de motivação.

### 5.3 Qualidade Cartográfica

Outro ponto de suma importância na pesquisa de cartografia histórica e toponímica é a determinação da qualidade interna e externa do mapeamento histórico. Através de uma rede de pontos conhecidos, a escala de mapeamento, e a localização do centro das cidades e vilas representadas, podem ser estabelecidas um conjunto de linhas que serão medidas e comparadas entre si, como os respectivos valores angulares. Assim, comparadas as distâncias com a escala

gráfica do documento é possível ter uma ideia sobre a precisão interna, enquanto a comparação angular e linear fornecerá os subsídios para a verificação da precisão externa.

Algumas considerações sobre possíveis projeções cartográficas adotadas também poderão ser supostas, porém sem que haja algum tipo de documentação comprobatória, não poderá ser confirmada, a não ser em casos específicos. A figura 11 mostra uma das possíveis redes de comparação a serem aplicadas na pesquisa.

#### 5.4 Outros Desenvolvimentos

Ainda em relação a pesquisa, para assegurar uma rápida e eficiente consulta em relação aos dados levantados, é importante que seja desenvolvido para o Estado do Rio de Janeiro, um padrão de metadados, baseado no Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil (MGB), visando a catalogação de todos os mapas envolvidos na pesquisa.

Por outro lado também se pretende dar início a uma Infraestrutura de Dados Espaciais Históricas (IDEH), para que seja adotada no tratamento da informação cartográfica histórica no que se referir aos padrões de digitalização e vetorização desses documentos. Esta estrutura

terá como base a INDE, Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais.

#### 6. CONCLUSÕES

Ainda muito há de ser pesquisado sobre este tema, pois será ainda incluída a pesquisa da evolução política administrativa do Estado do Rio de Janeiro, a qual se encontra em fase de detalhamento, relativo aos períodos temporais de mudança de topônimos dos municípios.

Uma fonte de informação expressiva será a inclusão na base de dados, dos topônimos extraídos da base cartográfica 1:50.000, bem como mapas elaborados em grande escala, como detalhamento dos municípios. Dessa forma será possível a verificação do empoderamento de minorias, sejam elas de origem afro ou indígena (Menezes *et al.*, 2012). A incorporação de dados municipais, oriundos das Prefeituras, será mais uma fonte rica de informações para ampliação da base de dados.

Ainda não totalmente estruturada, está a organização da base de dados a qual deverá ter múltiplas entradas, tais como coordenadas, nomes, tempo e mapas, sendo que por cada uma das entradas será possível o acesso a base como um todo, e realizar todos os tipos de consultas e pesquisas sobre ela.



Fig. 11 – Estrutura de comparação de qualidade cartográfica para os mapas históricos do Estado do Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, M. F. **Roteiro da Costa do Brasil**, Tejo, Lisboa, Portugal, 1988. 183p.
- CUNHA, J.G., **Dicionário de palavras de origem tupi**. Melhoramentos, São Paulo. 1982. 356p.
- DICK, M. V.A., **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. Edições Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo. 1990. 387p.
- FRIDMAN, F., Cartografia Fluminense no Brasil Imperial. In: Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty, 2011. **Anais**, 2011.
- GOUVÊA, M. F. S., **O Império das Províncias – Rio de Janeiro, 1822 – 1889**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008. 362p.
- MENEZES, P. M.L.; SANTOS, C.J.B.; RESENDE, A. C., The Power of the Geographic Names. 32<sup>nd</sup> International Geographical Congress UGI/IGU, Colônia, Alemanha, 2012. **Proceedings**, 2012.
- REIS FILHO, N. G., **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo (SP): Pioneira; Edusp, 1968. 235p.
- SAMPAIO, T., **O tupi na geografia nacional**. Bahia, Salvador, 1928. 359p.
- SILVA, A. J. C., Chorographia Fluminense. **Revista do IHGB**, Tomo LXVII Parte II, Imprensa Nacional, 1906. 263-396pp.